



Ir para o conteúdo **1** Ir para o menu **2** Ir para a busca **3** Ir para o rodapé **4**  
Ministério da

ACESSIBILIDADE ALTO CONTRASTE MAPA DO SITE

# Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Área de Imprensa | Acesso à Informação | Sistemas | Legislação | Ouvidoria | Biblioteca

VOCÊ ESTÁ AQUI: [PÁGINA INICIAL](#) > [NOTÍCIAS](#) > [ESTADOS DEFENDEM MODERNIZAR LEGISLAÇÃO DE INSPEÇÃO](#)

Agro+

Animais de  
Estimação

Febre Aftosa

Integridade

Orgânicos

Plano Agrícola  
e Pecuário

SIF

## NOTÍCIAS

### Estados defendem modernizar legislação de inspeção

**Conseagri**

Assunto foi discutido durante reunião do Conselho Nacional dos Secretários de Agricultura

Publicado: 21/06/2017 18h32

Última modificação: 21/06/2017 18h42



Noaldo Santos/Mapa



Os secretários estaduais de Agricultura defenderam, nesta quarta-feira (21), mudanças para modernizar a inspeção de produtos de origem animal. Eles querem autorização, por lei federal, para inspeção privada, com a permissão para que estados que adotam esses serviços possam comercializar os produtos dentro do país. O pedido foi apresentado durante reunião do Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Agricultura (Conseagri), em

Brasília.

A inspeção é tratada distintamente da fiscalização e da auditoria, ambas de competência exclusiva de governo. Diretor do Departamento de Saúde Animal do Mapa e presidente da Comissão Sul-Americana para a Luta contra a Febre Aftosa (Cosalfa), Guilherme Marques

ASSUNTOS



Sustentabilidade

Assistência  
Técnica e  
Extensão  
Rural

Boas Práticas  
e Bem-estar  
Animal

Câmaras  
Setoriais e  
Temáticas

Cooperativismo

Importação e Exportação

ressaltou que trata-se de uma experiência já adotada no mundo inteiro e reconhecida pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

Insumos Agropecuários

Um dos principais defensores da mudança é o Rio Grande do Sul. Seguindo modelos já adotados em Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, o estado elaborou proposta de lei estadual para contratar inspeção privada para esses produtos. O governo gaúcho alega que, da maneira como está a lei federal atualmente, a comercialização, nesse caso, é limitada a municípios do próprio estado de origem.

Inspeção

Gestão de Riscos

Laboratórios

Política Agrícola

Relações Internacionais

Registro de Produtos e Estabelecimentos

Saúde Animal e Sanidade Vegetal

Trânsito Animal

Vigilância Agropecuária

O secretário-executivo do Mapa, Eumar Novacki, disse que o Mapa vai estudar o assunto.

Mais informações à imprensa:

Coordenação-geral de Comunicação Social

imprensa@agricultura.gov.br

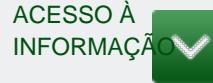
registrado em: [Secretário executivo do Ministério da Agricultura](#)

[Eumar Novacki](#)

[Conseagri](#)

[inspeção](#)

[secretários de agricultura estaduais](#)



Institucional

Ações e Programas

Agendas de Autoridades

Auditórias

Convênios, Termos e Acordos

Dados Abertos

Demonstrativos Contábeis

Informações Classificadas

Licitações e Contratos

Participação Social

Embrapa  
Enagro  
Inmet

Ouvidoria  
Serviço de informação  
ao Cidadão SIC

Twitter  
You Tube

Agronet  
Acesso Restrito  
Correio Mapa

## Sobre o site

[Mapa do Site](#)  
[Vlibras](#)

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Esplanada dos Ministérios - Bloco D - Brasília/DF - CEP: 70.043-900

Fone: (61)3218-2828

Atendimento ao Pùblico: 0800 704 1995

2016 - Desenvolvido com o CMS de código

aberto Plone



[ ]


[INÍCIO INSTITUCIONAL](#) □ [SAÚDE ANIMAL](#) □ [SANIDADE VEGETAL](#) □ [TRÂNSITO AGROPECUÁRIO](#) □ [INSPEÇÃO POA](#) □ [LABORATÓRIO](#) □ [ÁREA RESTRITA](#) □

## Notícias

28/03/2014

# Paraná e cinco estados defendem a padronização da inspeção sanitária estadual

A padronização dos sistemas de fiscalização e inspeção sanitária estadual dos produtos de origem animal foi um dos assuntos discutidos pelo Paraná e outros cinco estados durante o Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa) Regional Sul, realizado quarta-feira (26), durante a Feira Internacional de Proteína Animal, que aconteceu no Expotrade, em Pinhais. Participaram do debate os representantes do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Para o secretário estadual da Agricultura, Norberto Ortigara, a discussão entre os estados é extremamente importante. "É preciso ficar atento às questões de sanidade e boas práticas para construir soluções. Esta é uma oportunidade para gastar energia e unir conhecimento, com o objetivo de encontrar meios para que a nossa produção mantenha a chancela da qualidade e chegue aos mercados do mundo sem restrições", afirmou Ortigara.

O Paraná, representado por sua Agência de Defesa Agropecuária (Adapar), colocou em discussão a adesão de todos os Estados ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI). "O serviço de inspeção desses estados foi considerado equivalente, mas tenho a impressão de que esta equivalência não está sendo cumprida na sua totalidade. É preciso ter o mesmo critério, não basta apenas seguir os mesmos procedimentos", apontou Inácio Afonso Kroetz, presidente da Adapar.

Segundo Kroetz, a adesão ao SISBI daria a garantia de que os produtos de origem animal consumidos em todo o território nacional possuem a mesma qualidade, uma vez que foram inspecionados sob os mesmos critérios. Desta forma, a fiscalização dos produtos inspecionados garantiria sua livre circulação entre os estados.

Opinião compartilhada por Enori Barbieri, representante da Defesa Agropecuária de Santa Catarina. "É preciso ter uma padronização nacional dos serviços feitos pelos estados, supervisionado pelo ministério. O produto consumido em Santa Catarina tem que sofrer a mesma fiscalização do produto feito em São Paulo, Paraná ou na Bahia", acredita.

**MODERNIZAÇÃO** - Outro ponto destacado no fórum foi a necessidade de modernização do SISBI antes da adesão dos estados. "Estamos abertos à inovação, mas gostaríamos de

mais participação do Ministério da Agricultura para que possamos encontrar uma nova forma de inspeção sanitária para todos os estados", apontou Eraldo Marques, representante da Defesa Agropecuária do Rio Grande do Sul.

Na visão do coordenador do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, Leandro Feijó, este é o caminho a ser seguido em busca da melhoria dos serviços de sanidade agropecuária do país. "Estamos abertos a discussão sobre modernizar os procedimentos que a inspeção necessita para criar um padrão único que dê a segurança esperada pela população brasileira e que atenda aos requisitos sanitários dos diversos países com os quais nós temos relação comercial", disse ele. "É um desafio importante, pois o SISBI é a porta de entrada para unir os conhecimentos das esferas federal e estadual para transferir acertos e erros na busca por um modelo ideal", complementou.

No caso de Mato Grosso do Sul, o governo procura a melhor maneira de implementar o sistema brasileiro. "Estamos tentando nos adequar ao SISBI e temos sentido dificuldade. Mas essa troca de informações nos auxilia a tomar diretrizes, usando a experiência dos outros estados como nosso guia", explicou a representante do Estado, Maria Cristina Carrijo.

**DOENÇAS** - O encontro também abordou outros temas, como ações conjuntas no controle à tuberculose e brucelose, e estratégias para a evolução do Plano Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA). "Neste fórum de discussão procuramos fazer uma integração entre os órgãos estaduais para ver a melhor forma de cumprir a legislação, propor alteração quando a lei estiver defasada. A troca de experiências e interação das ações fortalecem todos os serviços de defesa sanitária do país", avaliou Nelmon Costa, integrante da defesa sanitária de Minas Gerais.

**COESA** - Pela manhã também foi realizada a reunião do Comitê Estadual de Sanidade Avícola. Houve a reeleição pelo mandato de dois anos do coordenador, Humberto Schiffer Cury, e do vice-coordenador, Irineu Dantes Peron. "A reeleição da coordenação demonstra que o Coesa está seguindo seus objetivos e cumprindo com a sua missão", acredita Inácio Afonso Kroetz, presidente do Coesa.

CONFIRA A GALERIA DE FOTOS DESTA NOTÍCIA:



COMPARTILHE:



[Imprimir](#) [Baixar](#)

41 3313-4000

Secretaria da Agricultura e  
Abastecimento

Para maiores informações entre [em contato](#)







## **Paraná e cinco estados defendem a padronização da inspeção sanitária estadual**

### **Notícias**

Postado em: 28/03/2014

A padronização dos sistemas de fiscalização e inspeção sanitária dos produtos de origem animal foi um dos assuntos discutidos pelo Paraná e outros cinco estados durante o Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa) Regional Sul, realizado quarta-feira (26), durante a Feira Internacional de Proteína Animal.

A padronização dos sistemas de fiscalização e inspeção sanitária estadual dos produtos de origem animal foi um dos assuntos discutidos pelo Paraná e outros cinco estados durante o Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa) Regional Sul, realizado quarta-feira (26), durante a Feira Internacional de Proteína Animal, que aconteceu no Expotrade, em Pinhais. Participaram do debate os representantes do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Para o secretário estadual da Agricultura, Norberto Ortigara, a discussão entre os estados é extremamente importante. "É preciso ficar atento às questões de sanidade e boas práticas para construir soluções. Esta é uma oportunidade para gastar energia e unir conhecimento, com o objetivo de encontrar meios para que a nossa produção mantenha a chancela da qualidade e chegue aos mercados do mundo sem restrições", afirmou Ortigara.

O Paraná, representado por sua Agência de Defesa Agropecuária (Adapar), colocou em discussão a adesão de todos os Estados ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI). "O serviço de inspeção desses estados foi considerado equivalente, mas tenho a impressão de que esta equivalência não está sendo cumprida na sua totalidade. É preciso ter o mesmo critério, não basta apenas seguir os mesmos procedimentos", apontou Inácio Afonso Kroetz, presidente da Adapar.

Segundo Kroetz, a adesão ao SISBI daria a garantia de que os produtos de origem animal consumidos em todo o território nacional possuem a mesma qualidade, uma vez que foram inspecionados sob os mesmos critérios. Desta forma, a fiscalização dos produtos inspecionados garantiria sua livre circulação entre os estados.

Opinião compartilhada por Enori Barbieri, representante da Defesa Agropecuária de Santa Catarina. "É preciso ter uma padronização nacional dos serviços feitos pelos estados, supervisionado pelo ministério. O produto consumido em Santa Catarina tem que sofrer a mesma fiscalização do produto feito em São Paulo, Paraná ou na Bahia", acredita.

**MODERNIZAÇÃO** - Outro ponto destacado no fórum foi a necessidade de modernização do SISBI antes da adesão dos estados. "Estamos abertos à inovação, mas gostaríamos de mais participação do Ministério da Agricultura para que possamos encontrar uma nova forma de inspeção sanitária para todos os estados", apontou Eraldo Marques, representante da Defesa Agropecuária do Rio

Grande do Sul.

Na visão do coordenador do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, Leandro Feijó, este é o caminho a ser seguido em busca da melhoria dos serviços de sanidade agropecuária do país. "Estamos abertos a discussão sobre modernizar os procedimentos que a inspeção necessita para criar um padrão único que dê a segurança esperada pela população brasileira e que atenda aos requisitos sanitários dos diversos países com os quais nós temos relação comercial", disse ele. "É um desafio importante, pois o SISBI é a porta de entrada para unir os conhecimentos das esferas federal e estadual para transferir acertos e erros na busca por um modelo ideal", complementou.

No caso de Mato Grosso do Sul, o governo procura a melhor maneira de implementar o sistema brasileiro. "Estamos tentando nos adequar ao SISBI e temos sentido dificuldade. Mas essa troca de informações nos auxilia a tomar diretrizes, usando a experiência dos outros estados como nosso guia", explicou a representante do Estado, Maria Cristina Carrijo.

**DOENÇAS** - O encontro também abordou outros temas, como ações conjuntas no controle à tuberculose e brucelose, e estratégias para a evolução do Plano Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA). "Neste fórum de discussão procuramos fazer uma integração entre os órgãos estaduais para ver a melhor forma de cumprir a legislação, propor alteração quando a lei estiver defasada. A troca de experiências e interação das ações fortalecem todos os serviços de defesa sanitária do país", avaliou Nelmon Costa, integrante da defesa sanitária de Minas Gerais.

**COESA** - Pela manhã também foi realizada a reunião do Comitê Estadual de Sanidade Avícola. Houve a reeleição pelo mandato de dois anos do coordenador, Humberto Schiffer Cury, e do vice-coordenador, Irineu Dantes Peron. "A reeleição da coordenação demonstra que o Coesa está seguindo seus objetivos e cumprindo com a sua missão", acredita Inácio Afonso Kroetz, presidente do Coesa.

**BRDE**  
BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
DO EXTREMO SUL

INSTITUCIONAL FINANCIAMENTOS TRANSPARÊNCIA EDITAIS

INTERNET BANKING CONTATO

# NOTÍCIAS BRDE

AGRONEGÓCIO | INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS | INovação |  
INFRAESTRUTURA | MUNICÍPIOS | MICROEMPRESAS | FUNDAM | FSA

## Governadores assinam resolução para integrar inspeção de produtos de origem animal

09/02/2017 Por: Imprensa BRDE



Durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul) nesta quarta-feira (8), no auditório do Show Rural Coopavel 2017, em Cascavel, os governadores do Paraná, Beto Richa, de Santa Catarina, Raimundo Colombo, do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, e de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, assinaram resolução sobre o projeto de lei que autoriza a equivalência dos serviços estaduais de inspeção de produtos de origem animal entre os membros da entidade.

"A inspeção sanitária integrada vai fortalecer a comercialização de produtos de origem animal entre nossos estados, facilitando e melhorando a vida dos nossos produtores, que terão ampliação e facilidade para comercializar os produtos", disse o governador Beto Richa. O projeto de lei, que será enviado aos poderes legislativos dos estados, vai permitir o reconhecimento bilateral na fiscalização de produtos de origem animal. Isso significa que um alimento vistoriado em Santa Catarina não precisaria ser verificado novamente no

## EVENTOS

[VER MAIS](#)

## BLOG BRDE



**BRDE FINANCIARÁ INOVAÇÃO PARA MELHORAR A GESTÃO FINANCEIRA DO BRASILEIRO**

Aumentar o conhecimento do brasileiro sobre a gestão...  
[+ MAIS](#)

[VER MAIS](#)

## SIMULE UM FINANCIAMENTO

Paraná, desde que seja feito um acordo entre os dois estados.

"Hoje há uma restrição de boa parte das pequenas e médias agroindústrias de venderem sua produção além do município ou do Estado. Com a auditoria cruzada nos quatro estados que compõem o Codesul, que é o que estamos propondo, poderemos abrir os horizontes mercadológicos", disse o secretário da Agricultura do Paraná, Norberto Ortigara. Para que uma empresa possa comercializar produtos de origem animal fora dos limites do município ou do estado, é preciso uma certificação do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA).

"O que dificulta a certificação é que o governo federal exige que a inspeção das carnes seja feita por um veterinário do setor público, mas o problema é que não há funcionários suficientes para atender a demanda", disse Inácio Afonso Kroetz, diretor-presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) e presidente do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa). O projeto de lei assinado pelos governadores, caso seja aprovado, também vai dar aos estados e municípios a possibilidade de vistoriar seus produtos.



O BRDE analisa o seu projeto e encontra a melhor solução de financiamento.

[SIMULAR](#)

## NUVEM DE TAGS

[PROJETO RECURSO](#)



[VOLTAR](#)

## ACESSO RÁPIDO

Tarifas  
Endereços  
Licitações e venda de bens  
Sala de Imprensa  
Perguntas Frequentes  
Demonstrações Financeiras

Internet Banking  
Conveniadas  
Concursos  
Ouvidoria  
Documentos e Roteiros  
Incentivos Fiscais

## ONDE ESTAMOS

PARANÁ  
Curitiba  
Cascavel  
Toledo  
Francisco Beltrão  
  
SANTA CATARINA  
Florianópolis  
Joinville  
Itajaí  
Chapecó  
Lages

RIO GRANDE DO SUL  
Porto Alegre  
Lajeado  
Caxias do Sul  
Passo Fundo  
  
Pelotas  
  
RIO DE JANEIRO  
Rio de Janeiro  
  
MATO GROSSO DO SUL  
Campo Grande

ASSINE NOSSA NEWSLETTER



WEBMAIL

## SIGA-NOS



TOPO

Desenvolvido por Dev2 Comunicação Integrada

## NOTÍCIAS

Agronegócio

### Secretários de Agricultura pedem ao ministro interino mudanças no sistema de inspeção

Segundo os dirigentes, é preciso atualizar a legislação

Por: MAPA

Publicado em 13/09/2016 às 17:30h.



2404 ACESSOS

*Segundo os dirigentes, é preciso atualizar a legislação*

Dirigentes do Forum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa) e secretários de Agricultura de vários estados se reuniram, nesta terça-feira (13), em Brasília, com o ministro interino Eumar Novacki (Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Eles entregaram um documento pedindo mudanças no sistema brasileiro de inspeção agropecuária. As sugestões vêm de encontro ao programa Plano Agro+, lançado pelo Ministério da Agricultura no final de agosto, para desburocratizar normas e procedimentos do setor.

Os dirigentes do Fonesa destacaram que a legislação que trata do sistema brasileiro de inspeção é da década de 50 e se encontra, portanto, anacrônica e ineficaz. Entre os pontos de mudança apresentados ao ministro Eumar Novacki, estão a diferenciação entre fiscalização e inspeção dos estabelecimentos agropecuários.

Os secretários de Agricultura argumentam que houve um crescimento muito grande do setor agropecuário e que o estado brasileiro não consegue comportar. O secretário de Agricultura de Santa Catarina, Moacir Sopelsa, afirmou que, do jeito que a legislação se encontra, o estado está

atrapalhando o crescimento do agronegócio por não conseguir atender à demanda do setor. Essa posição foi ratificada por outros secretários presentes à reunião.

Pela sugestão apresenta ao ministro interino, médicos veterinários seriam credenciados a fazer a inspeção, sem que ocorram perdas do controle sanitário. O secretário de Agricultura do Paraná, Norberto Ortigara, salientou que o Brasil é um dos poucos países com uma legislação que exige a presença de um veterinário oficial contratado pelo estado para fazer a inspeção em todos os abatedouros. “Basta um funcionário entrar de férias para o sistema não funcionar”, disse.

Segundo ele, o maior interessado em ter seus produtos rigorosamente dentro dos padrões técnicos exigidos é a própria empresa, porque um descuido pode significar o fechamento do mercado. O credenciamento de veterinários para ajudar na fiscalização não tiraria o poder dos auditores fiscais federais agropecuários, já que, pela proposta apresentada, um profissional do Ministério coordenaria o trabalho.

Novacki pediu que o Fonesa designe um interlocutor junto ao Ministério para discutir as mudanças necessárias e as soluções. “Vamos estudar juntos qual a legislação que precisamos atualizar, se é decreto, instrução normativa, portaria, para agirmos rapidamente. Esse assunto está entre as prioridades do ministro Blairo Maggi”, assegurou. Ainda segundo Novacki, a determinação do ministro Blairo Maggi é buscar alternativas que tornem o serviço mais eficiente sem perder a segurança sanitária brasileira, que está entre as melhores do mundo. Novacki lembrou que os Estados Unidos, que são muitos exigentes, acabam de fechar acordo para a compra de carne bovina in natura do Brasil.

## VEJA TAMBÉM

Exportações do agro atingem US\$ 8,4 bilhões em outubro



**Copyrights © 2019 Todos os direitos reservados**

[Termos de uso / Política de privacidade](#)

✉ [contato@agrolink.com.br](mailto:contato@agrolink.com.br)

dfd15a09-201c-45f5-9883-d3859f806692

ASSINE

EXPLORE

Política Paraná

| carne fraca

## Maior parte dos “fiscais da carne” é contratada pelos próprios frigoríficos

Sem estrutura e funcionários em quantidade suficiente, Ministério da Agricultura conta com “olheiros” das próprias empresas na linha de abate



0



I Foto: Jonathan Campos/Gazeta do Povo/Arquivo

[Início](#)

[Busca](#)

[Newsletter](#)

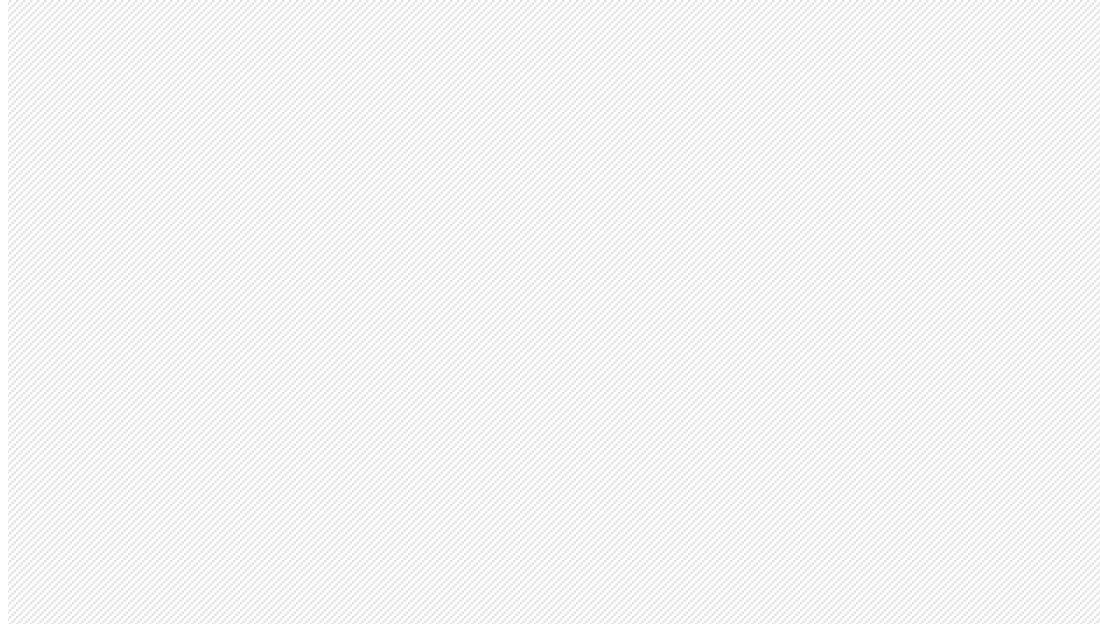
[Compartilhar](#)

Há uma série de procedimentos que devem ser realizados, com precisão, em uma linha de abate num frigorífico para que a carne não seja contaminada ou tenha qualquer aspecto prejudicado. No momento da chamada evisceração, quando os órgãos internos são retirados, são necessários cuidados especiais para que o intestino não fure, por exemplo. Também é crítico o processo de retirada da pele, para que não haja contato das sujeiras externas com a carne. E mesmo a tempo mínimo de refrigeração e as temperaturas são critérios que fazem parte de normas técnicas para cada tipo de carne e corte.

#### [INFOGRÁFICO: Entenda o sistema de fiscalização agropecuário](#)

Não há um fiscal do Ministério da Agricultura acompanhando, o tempo todo, o que é feito na linha de produção. Esse trabalho foi, de certa forma”, terceirizado. Assim, as próprias empresas contratam auxiliares administrativos que acompanham a produção e fazem relatórios – que depois são conferidos por fiscais concursados do Ministério da Agricultura. Dependendo do porte do frigorífico, até 80 empregados têm essa função. Assim, são pagos pela empresa, mas respondem diretamente ao ministério.

Publicidade



Mas, há quem coloque em dúvida a isenção de alguns desses funcionários, chamados de “102”, apelido em função do artigo da legislação que estabeleceu esse tipo de atuação. Confira o que disse sobre o assunto [Daniel Gouvêa Teixeira](#), delegado sindical que denunciou irregularidades à Polícia Federal, desencadeando a [Operação](#)

### Carne Fraca.

Como vê a contratação de funcionários pelos próprios frigoríficos para inspecionar o abate?

É uma prática desde a década de 50, com a colocação de auxiliares administrativos, porque o ministério não consegue bancar 70, 80 funcionários por frigorífico. Mas cria situações como a do Flávio Cassou [preso durante a Operação Carne Fraca], que já tinha atuado no ministério, teve o contrato cancelado e depois a JBS o colocou como auxiliar de inspeção.

Há isenção no trabalho feito por esses fiscais contratados?

O funcionário da empresa não vai colocar o serviço à frente de quem paga o seu salário. A gente vê uma relação conflituosa aí. A gente não considera ideal. O funcionário da própria empresa que vão gerar prejuízos para a empresa. Passei por casos de pessoas comprometidas, que até perderam o emprego porque faziam tudo certo. Mas às vezes a gente descobre coisas que os funcionários maquiavam para esconder. Mas a gente não descobre tudo.

Mas havia a prerrogativa de trocar o funcionário?

Sim, há um decreto sobre isso, para solicitar a substituição a qualquer momento. Já encontrei situações assim e tirei da função. Mas a gente espera que esse tipo de contratação acabe logo. Porque o ministério está passando por atualização e isso deve ser retirado ao máximo até o ano que vem. É preciso entender que o agronegócio brasileiro só cresceu em função do Ministério da Agricultura. Quando os mercados externos começaram a ser abertos, a partir da década de 60 e 70, os países importadores fizeram exigências. Mas esse serviço modelo o ministério nunca teve. Teriam de ser concursados, mas aí fecha o frigorífico e vai fazer o quê? Demitir todo mundo? Mas com a evolução do setor isso está melhorando. Hoje é necessário, mas estão sendo criadas ferramentas para acabar com isso.

## Fiscalização da carne

QUEM FISCALIZA?

A nível municipal	A nível estadual	A nível federal
<b>SIM</b> Serviço de Inspeção Municipal	<b>SIP</b> Serviço de Inspeção do Paraná	<b>SIF</b> Serviço de Inspeção Federal
Atua na fiscalização do abate e comercialização entre estabelecimentos no mesmo município	Atua na fiscalização do abate e comercialização entre estabelecimentos de cidades distintas no mesmo estado	Atua na fiscalização do abate e comercialização entre estabelecimentos de estados distintos ou exportação para outros países
É uma atribuição exclusiva de médicos veterinários.		

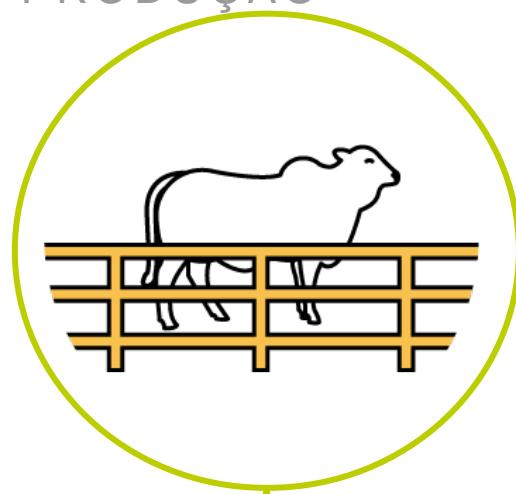
## NA LINHA DE PRODUÇÃO

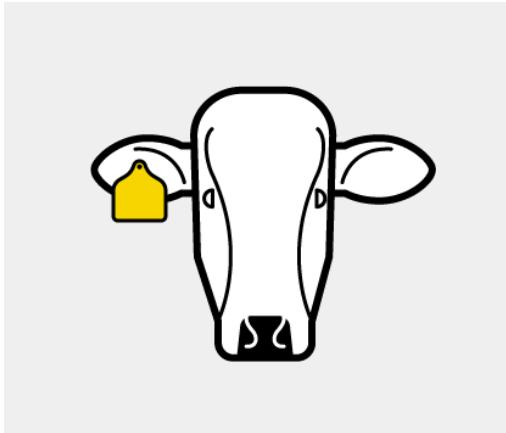
### Nas Fazendas

Checam se os animais foram  
vacinados

### Sistema de rastreabilidade da carne – Sisbov

Ainda na  
fazenda os  
bezerros  
recebem um  
brinco que os  
identificam.





## No transporte

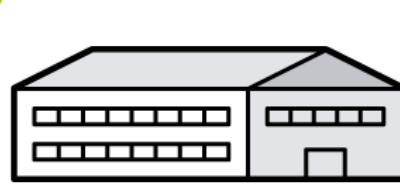
Também é fiscalizado



## No frigorífico

Fiscalizam se cada produto  
(carnes, derivados, processados e  
in natura) segue as respectivas  
normas técnicas.

São responsáveis pela verificação  
da veracidade dos relatórios  
emitidos pelos frigoríficos. Em caso  
de irregularidades os fiscais fazem  
autuações.



**“102”**

É o apelido dado aos  
funcionários contratados pelo  
frigorífico para acompanhar  
todos os passos do abate. São  
subordinados ao Ministério.

**Sisbov**

Após o abate os relatórios da

produção devem ser todos relacionados ao número do SISBOV da carcaça, desde a desossa até a expedição das carnes.

O sistema permite descobrir em qual etapa ocorreu alguma irregularidade.

## No transporte

Também é fiscalizado



## Quem fiscaliza?

### Vigilância Sanitária

Órgão municipal

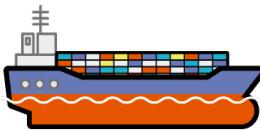
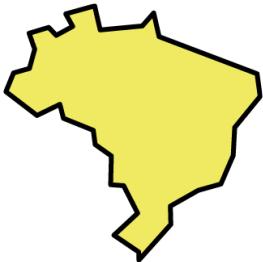


Responsável por fiscalizar a qualidade da carne, analisam o produto já exposto para venda.

## PARA EXPORTAÇÃO

### Por lote

Toda vez que uma carga de carnes sai do Brasil é emitido um certificado.



Um fiscal no brasil analisa a carga e assina um certificado que garante que as especificações técnicas foram atendidas e o produto está em condições de consumo



Na chegada um fiscal confere as condições do produto de acordo com as exigências do país

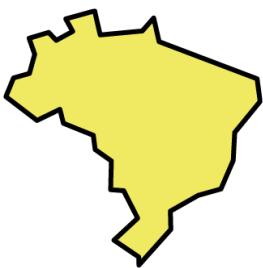
## Habilidades específicas

Quem cumpre apenas as regras básicas fica na chamada Lista Geral.

Mas alguns compradores fazem exigências específicas. Para verificar se esses critérios estão sendo cumpridos missões de auditoria são realizadas periodicamente pelos interessados em comprar a carne brasileira.

## Exemplos de habilitações específicas:

- Kosher - abate judaico
- Halal - abate islâmico
- União Europeia
- Rússia



## O seu apoio mantém o jornalismo vivo.

O jornalismo tem um papel fundamental em nossa sociedade. O papel de informar, de esclarecer, de contar a verdade e trazer luz para o que, muitas vezes, está no escuro.

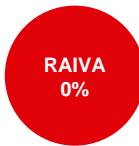
Esse é o trabalho de um jornalista e a missão da Gazeta do Povo. Mas para isso, nós precisamos de você e do seu apoio, pois juntos nós podemos, através de matérias iguais a essa que você acabou de ler, buscar as transformações que tanto queremos.

[Apóie o jornalismo da Gazeta do Povo](#)

Já é assinante? Faça login.

Como você se sentiu com este conteúdo?

0

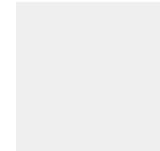


COMUNIQUE ERROS

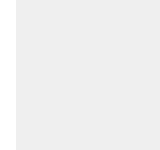
» Sobre a Gazeta do Povo

## Principais Manchetes

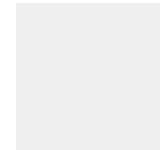
Lava Jato sofre derrota com Lula solto. E outras mais podem vir por aí



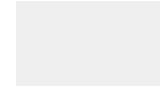
Lula ataca Bolsonaro e diz que se esquerda “trabalhar direitinho” pode vencer em 2022



Após Lula ser solto, manifestantes pressionam o Congresso por mudança na lei



Viagem marcada para o Nordeste? O que fazer por causa do óleo nas praias



Maior parte dos “fiscais da carne” é contratada por frigoríficos

